

**A "NOVA" POLÍTICA INDUSTRIAL E A QUESTÃO DO  
EMPREGO: NOTAS DE TÓPICOS PARA ANÁLISES ESPECÍFICAS**

Rosa Sales  
CES/IPLAN  
27/06/88

Notas para discussão interna

A grandiloquência que serviu de pano de fundo para o lançamento da chamada "Nova política industrial" está a merecer algumas reflexões mais apuradas, primeiro, para verificar o que ela contém de novo e, segundo, — o que interessa no caso — para analisar em que medida as novidades afetam a questão do emprego.

Tal preocupação não parece ser descabida, uma vez que qualquer nova política que seja lançada no momento atual de crise no país, não pode desconsiderar seus reflexos no emprego.

O que se pretende aqui é listar dúvidas que incitem a curiosidade de economistas da CES a realizarem investigações mais apuradas sobre a questão em seus diversos aspectos, tais como, por exemplo, um estudo comparativo das várias fases de industrialização no país e os respectivos instrumentos existentes de incentivos e o que resultou para o emprego e, por via de consequência, quais os reflexos para a situação social do país.

Sem maiores discussões, o nó górdio, ou o viés central, ou o pilar de sustentação da "Nova política industrial" parece estar na abertura às importações em substituição ao modelo cepalino predominante da substituição de importações. (Sobre essa questão específica é que deverá girar as atenções no momento, deixando para atividades mais acadêmicas a sugestão do parágrafo anterior).

Tudo bem. Substituir substituição de importações por incentivos às importações e facilidades às exportações. Aqui começam as interrogações que encerrarão as presentes notas:

1- Por que tais medidas, anunciadas com grande pompa, não foram devidamente discutidas pelos economistas e demais especialistas das diversas entidades — de pesquisa, acadêmicas e de governo — antes de ser<sup>em</sup> feita<sup>as</sup> por decreto, sem uma ampla e prévia discussão, sendo matéria sigilosa de um círculo restrito de técnicos da SEPLAN, MIC e Fazenda?

2- Essas medidas são compatíveis com as medidas de contingências de ordem financeira e tributária do país?

No momento em que são questionados os incentivos fiscais em vigor, como justificar a ampliação dessa política de benefícios fiscais?

3- Restaria uma curiosidade: em que altura do caminho entrou o MCT, a título de garantir o abatimento de 8% de imposto de renda devido, referente a despesas de custeio "em atividades voltadas exclusivamente para o desenvolvimento técnico industrial"? Como conciliar esse incentivo com o estímulo às importações de equipamentos que já trazem embutidas a tecnologia?

Não é uma luta desigual esperar que os recursos gerados pelos 8% de estímulo a pesquisas nacionais garantam, no futuro, uma capacitação da indústria de ponta genuinamente nacional para concorrência internacional?

4- No estágio atual, de desenvolvimento do Brasil que conta com um considerável mercado interno <sup>em</sup> potencial, como se justifica entregar esse mercado para ser usufruído pelos países estrangeiros?

Não se estaria comprometendo até mesmo o crescimento desse mercado pela própria razão de que tais medidas só viriam a comprimir ainda mais o nível de emprego?

5- Se se juntar a "Nova política industrial" à possibilidade de implementação das ZPEs, que volta à ordem do dia de vez em quando, qual o impacto para as economias estaduais e sobretudo para a região nordeste que será mais afetada?

As ZPEs prevêem um regime aduaneiro especial, isentos de quaisquer impostos e destinadas ao livre comércio com o exterior. Tal como com a "Nova política industrial", fica a dúvida de qual o potencial gerador de emprego das ZPEs? Segundo alguns prognósticos, seriam preciso 150 ZPEs para gerar os 300 mil empregos criados pela SUDENE, os quais, aliás, nada resolverem, <sup>arran</sup>haram a situação crítica da região. E é justamente no nordeste que se pensa implantar ZPEs.

5.1- Além de não gerarem recursos fiscais e de não gerarem emprego, as ZPEs, mais a "Nova política industrial", não estaríamos estimulando um modelo atrasado de desenvolvimento, de dependência tecnológica a outros países?

5.2- Se a "nova política industrial" traz novos produtos com tecnologia embutida e as ZPEs garantem que as empresas poderão ser instaladas por técnicos estrangeiros, como fazer para o país desenvolver tecnologia que o torne competitivo, de forma a não se distanciar cada vez mais dos países que estão desenvolvendo suas próprias tecnologias e seus recursos humanos?

6- Em anexo, uma bibliografia recente que poderá sugerir, em cima dessas dúvidas, muitas outras que poderão instigar a imaginação, para que se proponha políticas mais imaginativas e mais modernas para o país, do que liberar importações e isentar exportações.